

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.789 - PE (2015/0276545-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE PERNAMBUCO-HEMOPE**  
**ADVOGADO : ANA CLAUDIA MAGALHAES - PE0016733**  
**RECORRENTE : LUCIANO BARBOSA DE SANTANA**  
**ADVOGADO : SANDRO ROBERTO BELTRÃO FARIAS - PE023006**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 862-863):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA. CONTAMINAÇÃO DE PACIENTE PELO VÍRUS DA HEPATITE C. NEXO DE CAUSALIDADE. REQUERIMENTO DE PENSÃO VITALÍCIA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL/MORAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO.

1. Ação em que objetiva a parte autora pensão mensal e indenização por danos morais e materiais a serem concedidas pela União e HEMOPE, em virtude de contaminação com vírus da Hepatite C.
2. Os documentos que repousam nos autos evidenciam que o autor, após o início do tratamento da sua Hemofilia, no âmbito do HEMOPE, mediante transfusão de sangue, contraiu o vírus da Hepatite 'C'.
3. Quanto ao pedido de pensão, em se tratando de prestação de trato sucessivo, a prescrição só abrange as parcelas anteriores ao lustro, a contar da data do ajuizamento da demanda. Súmula 85 do STJ.
4. Ocorrência de prescrição do fundo de direito, no entanto, quanto à indenização decorrente de danos materiais e morais, tendo em vista que os documentos que instruem o processo, analisados conjuntamente, demonstram que o requerente possuía efetivo conhecimento da doença desde, pelo menos, 2005. Ação proposta em 2013, quando ultrapassado o lapso prescricional de cinco anos.
5. Muito embora seja inconteste a legitimidade da União para figurar no pólo passivo da presente demanda, a jurisprudência desta Corte vem entendendo que no episódio ocorrido no âmbito do HEMOPE não restou evidenciado o nexo causal entre o dano sofrido pelo autor e a conduta perpetrada por agentes federais, de modo a afastar a solidariedade no que toca ao pagamento da pensão pelo referido ente.
6. Direito à pensão no valor de cinco salários mínimos até que o demandante

# *Superior Tribunal de Justiça*

complete 75 anos, conforme, aliás, ficou decidido no AGTR 0802003-59.2013.4.05.0000.

7. Agravo retido da União desprovido. Apelação parcialmente provida.

A parte recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 4º e 5º da Lei n. 4.701/1965.

Sustenta que deve a União figurar no polo passivo da lide, uma vez que a legislação vigente à época dos fatos previa a responsabilidade da Comissão Nacional de Hemoterapia pela fiscalização dos órgãos executores da atividade hemoterápica.

Salienta a necessidade de ser aplicado o prazo prescricional de cinco anos para o pedido de pensionamento.

Requer o provimento do apelo especial para que a União permaneça do polo passivo da demanda.

Decido.

Quanto à alegada prescrição, a parte recorrente não suscitou, de maneira especificada, a existência de afronta a dispositivo de lei federal, tampouco demonstrou como houve o transcurso do prazo prescricional de cinco anos no presente caso.

Destaque-se que o pedido formulado no recurso referiu-se apenas ao reconhecimento da violação dos arts. 4º e 5º da Lei n. 4.701/1965.

A deficiência de fundamentação atrai, no ponto, a incidência da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Com relação aos arts. 4º e 5º da Lei n. 4.701/1965, o apelo também não merece ser conhecido, pois o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre a legislação indicada, estando ausente o requisito do prequestionamento.

Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

No tocante ao dissídio jurisprudencial, a parte recorrente apenas realizou a transcrição de ementas, deixando de comprovar a divergência por meio do necessário cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os arestos paradigmas. Incide, mais uma vez, o impeditivo da Súmula 282/STF.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator